



QUESTÃO INDÍGENA

Carta critica governo e exige demarcações

Integrantes do Acampamento Terra Livre cobram do Poder Executivo celeridade na definição de novos territórios para os povos originários e querem que STF declare inconstitucional o Marco Temporal

» ALINE GOUVEIA
» FABIO GRECCHI

Os integrantes do Acampamento Terra Livre divulgaram, ontem, uma carta com críticas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não acelerar as demarcações de terras indígenas e à Lei 14.701/23, que estabelece o Marco Temporal para a homologação de reservas. Destinada aos presidentes dos Três Poderes, apresenta 25 “exigências e urgências” das nações originárias e salienta que a mudança de governo — de Jair Bolsonaro para Lula — não trouxe as melhorias que eram esperadas.

“Redigimos esta carta no contexto de um momento crucial para os povos indígenas do Brasil. Apesar da recente mudança de governo, as ameaças aos nossos territórios, culturas e direitos persistem. Seguimos afirmando a urgência para as demarcações de nossas terras”, salienta um trecho do documento.

Os povos originários ficaram incomodados com um comentário de Lula, em 18 de abril, quando anunciou a homologação de dois de seis territórios indígenas. O presidente justificou a decisão afirmando que algumas dessas terras estão ocupadas e que é preciso realocar fazendeiros e trabalhadores rurais que nelas estão “sem violência”.

“Nosso tempo é agora, urgente e inadiável. Enquanto se discutem marcos temporais e se concede mais tempo aos políticos, nossas terras e territórios continuam sob ameaça, nossas vidas e culturas em risco e nossas comunidades em constante luta pela

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Integrantes do Terra Livre elaboraram uma carta que pretendem entregar aos presidentes dos Três Poderes até o fim do acampamento, na sexta-feira

sobrevivência”, salienta a carta.

A cobrança dos indígenas é, sobretudo, pela demarcação imediata das terras indígenas Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Xucuru Kariri (AL) e Potiguara de Monte-Mor (PB) — anunciadas entre aquelas que seriam homologadas nos primeiros 100 dias de mandato. Também reivindicam a finalização do processo de demarcação de 23 territórios, cujos processos administrativos aguardam apenas a portaria declaratória.

Essas áreas constam de uma relação enviada pelo Ministério dos Povos Indígenas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Reivindicações

Mas o documento não se restringe à cobrança de demarcações. Reivindica também que o Ministério da Educação (MEC) crie uma secretaria específica para o ensino indígena e que introduza o ensino médio e

técnico profissionalizante nas escolas indígenas. Pede, ainda, o estímulo à sustentabilidade econômica dos territórios e impulsionamento da descarbonização da matriz energética nacional, com incentivo às energias renováveis. E quer o fortalecimento institucional das instâncias federais de defesa e promoção dos povos originários — como o Ministério dos Povos Indígenas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e

Secretaria de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde.

Na esfera do Judiciário, cobra que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a inconstitucionalidade da Lei no 14.701/23 — que define o Marco Temporal para a homologação dos territórios nativos. Exige, ainda, que o acesso dos povos indígenas à Justiça seja garantido por meio da obrigatoriedade da presença de intérpretes sempre que houver alguma demanda.

TRAGÉDIA NO TRÂNSITO

Porsche que matou motorista estava a mais de 150km/h

O Porsche 911 Carrera GTS conduzido pelo empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, de 24 anos, estava a 156km/h pouco antes de causar o acidente que matou, em 31 de março, o motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana, de 52 anos. A constatação está em um laudo da Polícia Técnico-Científica de São Paulo.

A velocidade em que estava o carro esportivo representa mais do que o triplo do que os 50 km/h permitidos para a pista, que fica no Tatuapé, na Zona Leste paulistana. Além da morte de Viana, o acidente resultou na internação de um amigo de Fernando Sastre, que passou por procedimento cirúrgico para retirar o baço. Ele estava ao

lado do empresário no Porsche.

O acidente foi registrado na madrugada do domingo de Páscoa, mas o dono do modelo esportivo apresentou-se no 30º DP quase 40 horas após a ocorrência — mesmo dia em que Orinaldo foi enterrado em Guarulhos, na Grande São Paulo. Os policiais que fizeram o registro liberaram Fernando Sastre sob a alegação, dada pela mãe dele, de que o levaria a um hospital para ser atendido — tinha apenas um corte nos lábios. Investigações mostram que o motorista do Porsche

consumiu bebida alcoólica na noite em que causou a tragédia.

Policiais

Já a sindicância da Polícia Militar para apurar a conduta dos agentes no caso concluiu que os PMs erraram ao não fazerem o teste do bafômetro de Fernando Sastre. A investigação interna da corporação foi feita com base na análise das câmeras corporais dos PMs.

“Diante disso, foi aberto um procedimento para a responsabilização dos policiais. Os laudos

da perícia e as imagens das câmeras corporais também foram entregues à Polícia Civil”, disse a Secretaria de Segurança Pública do estado. A pasta afirmou que houve falha de procedimento dos policiais.

A secretaria, porém, não disse quantos agentes participaram da ocorrência ao alegar que o caso está sob sigilo de Justiça. Fricou, porém, que “nos próximos dias será realizada uma reconstrução 3D para auxiliar no trabalho de investigação, que está na fase final”.

SAÚDE

Vacinação contra pólio apresenta avanços

» MAYARA SOUTO
» VITÓRIA TORRES*

O número de crianças vacinadas contra a poliomielite cresceu em cerca de 90 mil, de 2022 para 2023. É o que confirma estudo realizado pelo Unicef Brasil, cujo resultado foi divulgado ontem.

Os dados mostram que, em 2022, foram aplicadas mais de 2,3 milhões de vacinas contra a doença — com 243 mil bebês sem vacinação. No ano seguinte, o cenário foi melhor: 2,2 milhões de bebês receberam as doses e 152 mil ficaram sem — apesar de, em 2023, o número de nascidos ter sido menor em relação ao ano anterior.

Percentualmente, no biênio houve um aumento de 7% de vacinados. “Estamos vivendo uma virada na direção de alcançarmos as coberturas vacinais necessárias para a proteção de nossas crianças, adolescentes e da sociedade. Desde 2015, a cobertura vacinal tem apresentado queda por diversos fatores, entre eles o enfraquecimento da saúde da família, ao lado do negacionismo, especialmente no último governo. É uma virada com muita luta e devemos celebrar”, ressaltou a ministra da Saúde, Nísia Trindade. O estudo do Unicef Brasil leva em conta a primeira dose da poliomielite, que é dada por volta dos dois meses de vida.

Hospitais federais

Também ontem, Nísia anunciou a prorrogação, por mais 30 dias, do comitê gestor para reformular os hospitais federais no Rio de Janeiro. Segundo a ministra, a extensão do prazo é para o fechamento de uma estratégia que permita a adoção rápida das medidas a serem definidas pelo colegiado.

“Modelos de gestão definitivos serão detalhados dentro desse programa, após uma fase de análise e diálogos. Não vamos precipitar essa questão em respeito à população do Rio de Janeiro. Queremos avançar nesse fortalecimento pensando em ações que sejam estruturantes para esses hospitais”, salientou Nísia.

Segundo a ministra, apesar dos problemas detectados pelo comitê gestor, as internações hospitalares aumentaram 22% e os atendimentos ambulatoriais subiram 10%, se comparados os dados de 2022 com os de 2023. Segundo Nísia, a reabertura de 300 leitos e a contratação de 294 profissionais contribuíram para reduzir os problemas.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

TALVEZ A MÍDIA E AUTORIDADES AINDA NÃO TENHAM ENTENDIDO QUE AS REDES SOCIAIS SÃO A VOZ CONTEMPORÂNEA DO POVO, ORIGEM DO PODER. NÃO É PRECISO IR A UMA PRAÇA, SUBIR NUM CAIXOTE E DISCURSAR. BASTA UM CELULAR LIGADO A UMA REDE SOCIAL

Donos da verdade

Neste 23 de abril, completou 10 anos de vigência a lei que é o marco civil da internet, estabelecendo que as plataformas não podem tratar de modo diferente seus usuários, que deve ser resguardada a privacidade de seus frequentadores e que a web é um lugar de liberdade de expressão. A Lei 12.965 foi sancionada pela presidente Dilma, depois de três anos de discussões na Câmara e no Senado. À época, não se viu necessidade de inventar censura nas redes sociais, mesmo porque

isso é vedado pela Constituição.

Mas, em 2020, foi apresentado um projeto de lei da mordada, relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). O projeto está indo para o arquivo, com a ajuda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Não há como não desconfiar de qualquer obra que receba influência uma ideologia que impõe censura férrea onde quer que conquiste o poder. Assim está demonstrado pela História.

O projeto foi aprovado no Senado, mas, semana passada,

Lira anunciou um grupo de trabalho para modificá-lo. Tudo indica que é para justificar o enterro do projeto.

Mas os adeptos do controle do Estado sobre manifestações da cidadania insistem em restringir a expressão do pensamento, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), embora a liberdade de expressão seja garantida pela Constituição. Essa liberdade já sofre controles de fato por quem deveria guardar a Constituição. A Lei Maior está carente de quem a

defenda. Os de natureza totalitária insistem em legislar controles sobre as redes sociais.

Talvez a mídia e autoridades ainda não tenham entendido que as redes sociais são a voz contemporânea do povo, origem do poder. Não é preciso ir a uma praça, subir num caixote e discursar. Basta um celular ligado a uma rede social. É a nova ágora da democracia, agora digital. Sem ser preciso gritar, a voz de cada pessoa pode alcançar os limites do universo. A mídia sente

a novidade como concorrente e quer censura. Os poderosos sentem o poder crescente, volumoso, da voz do povo, e ferindo a democracia querem censura. Juntos, inventam uma narrativa pueril e simplória de “defesa da democracia”. Na União Soviética de Stálin e na Alemanha de Hitler também se usavam pretextos semelhantes para justificar o controle.

Na verdade, a democracia está ferida por atos antidemocráticos que violam a Constituição, porque impõem a censura proibida,

restringem a liberdade de expressão, desobedecem o princípio do juiz natural, o amplo direito de defesa, a iniciativa exclusiva do Ministério Público, a inviolabilidade de deputados e senadores. Ao ferir a Constituição, fere-se o sistema democrático. Quando há alguém decidindo o que é verdade para suprimir o que decide ser mentira, então se usurpa do direito sagrado de cada um de escolher o que é verdade e o que é mentira. O tutelado em opinião é anulado em cidadania.